

# Uso do FGTS é questionado

Trabalhadores, empresários e advogados são contra a intenção do governo de liberar parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para avalizar empréstimos consignados. Maioria considera que eficácia será pequena e que bancos serão os maiores beneficiados

» SIMONE KAFRUNI  
» ANTONIO TEMÓTEO

Se**m** alternativas para tirar o Brasil da recessão, o governo insiste no modelo esgotado de estímulo ao crédito para tentar alavancar uma retomada do crescimento. A tacada mais recente, porém, acendeu o sinal de alerta nos especialistas, ao colocar na berlinda o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), uma das conquistas mais importantes dos trabalhadores e a última tábua de salvação dos milhares de brasileiros que estão perdendo o emprego.

O Executivo pretende editar uma Medida Provisória (MP) que possibilitará o uso de parcela do FGTS como garantia nas operações de empréstimos consignados. Conforme o Ministério da Fazenda, “a proposta tem potencial para desenvolver o crédito no setor privado brasileiro e deve diminuir a taxa de juros dessas operações”. Para advogados, representantes dos trabalhadores e empresários, contudo, o momento não podia ser pior, com aumento das taxas de desemprego e saques cada vez maiores do FGTS. Se aprovada, alertam os especialistas, a medida vai incentivar o endividamento.

A ideia do governo é que o trabalhador do setor privado possa utilizar sua multa rescisória, correspondente a 40% do saldo acumulado, e até 10% da sua conta vinculada ao FGTS para prestar garantia em operações de crédito consignado. Atualmente, a modalidade é mais viável para servidores públicos, aposentados e pensionistas porque a estabilidade da renda permite juros mais baixos (veja quadro).

“Com base no saldo atual do FGTS (R\$ 342 bilhões), os 40% da multa por demissão sem justa causa e os 10% dos depósitos correspondem a R\$ 170 bilhões. Se apenas 10% dos recursos forem dados como garantia, isso viabilizaria R\$ 17 bilhões em crédito consignado para os trabalhadores do setor privado”, calcula o Ministério da Fazenda, que aposta numa redução dos juros praticados por conta da garantia.

O presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, Mario Avelino, duvida da estimativa. “Hoje, os bancos cobram 41%, em média, de juros para operações com trabalhadores da iniciativa privada ante média de 21% a 26% dos demais, ou seja, quase o dobro. Quem garante que os juros vão cair? Essa medida é um presente para os bancos”, diz.

## Motivos

Avelino enumera vários motivos para ser contra a proposta do governo: “Vai reduzir muito pouco a taxa de juros, pois a maioria dos empréstimos consignados feitos por empresas para os empregados no regime CLT já tem como garantia 30% das verbas rescisórias; a população brasileira está em seu limite de endividamento; o consumo para movimentar a economia será insignificante; beneficiará apenas os bancos; e o dinheiro da multa de 40% sacado pelo trabalhador pode ser usado por ele de formas mais produtivas, como bem quiser”, lista.

Com tanta motivação, o instituto promete recorrer de todas as formas contra a medida, assim que for publicada. “Já temos contato com central sindical para entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade e nossa organização vai à Justiça, por meio de uma ação civil pública”, promete.

O advogado trabalhista Joel Gallo, sócio do escritório Souto Correa Advogados, concorda com Avelino sobre a medida estimular o endividamento. “Além disso, a multa de 40% é incerta, então só é possível contar com os 10%, o que deve manter os juros praticados pelas instituições financeiras altos. O governo quer estimular o crédito de qualquer forma e assegurar que os bancos recebam”, avalia.

## Sem garantia

Governo quer alterar regras do FGTS, que tem cada vez mais saques

### O benefício

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é uma segurança para o trabalhador instituída em 1966

- O empregador faz depósitos mensais no fundo, que pode ser retirado pelo trabalhador caso seja demitido sem justa causa, tenha doenças graves ou precise de financiamento para comprar a casa própria.

- A cada ano, o trabalhador tem depositado na sua conta valor equivalente a um salário mensal.

- Atualmente, há aproximadamente R\$ 342 bilhões depositados nas contas individuais do FGTS.

- Além dos recursos depositados no fundo, os trabalhadores do setor privado têm direito a uma multa em caso de demissão sem justa causa, de 40% do valor da sua conta.

### A medida

O governo quer mudar as regras para injetar mais dinheiro na economia

- A ideia do Executivo é que o trabalhador possa utilizar sua multa rescisória, correspondente a 40% do saldo acumulado, e até 10% do saldo da sua conta vinculada ao FGTS como garantia em operações de crédito consignado.

- O governo acredita que, com a garantia do FGTS, os bancos reduzirão os juros cobrados pelos empréstimos.

- A justificativa é que a permissão para desconto das prestações diretamente na folha de pagamento, o chamado consignado, provocou a queda da taxa de juros média das operações e levou à expansão do crédito no país.

- Tal evolução, no entanto, ocorreu junto aos servidores públicos e aos aposentados e pensionistas, que têm estabilidade no emprego e na renda.

- Com o FGTS como garantia, o governo espera que essa vantagem seja estendida aos trabalhadores da iniciativa privada, que sofrem com juros mais altos porque correm o risco de serem demitidos.

### Crédito escasso

Apenas 7% dos consignados foram para trabalhadores do setor privado, que tem inadimplência mais alta

### Operações

Pessoa física	Concessões (em R\$ bilhões)	Participação (em % do total)	Inadimplência (em %)	Taxa de juros (% ao ano)
Servidor público	80,7	61,0	2,1	26,5
Beneficiário do INSS	42,0	32,0	1,8	30,9
Trabalhador privado	9,8	7,0	5,9	41,3
<b>Total do consignado</b>	<b>132,6</b>	<b>100</b>	<b>2,3</b>	<b>28,8</b>

### Impacto

O governo acredita que as mudanças poderiam injetar até R\$ 17 bilhões na economia

- Com base no saldo atual do FGTS, os 40% da multa por demissão sem justa causa e os 10% dos depósitos correspondem a R\$ 170 bilhões.

- Se apenas 10% dos recursos forem dados como garantia, sem nenhuma alavancagem pelo mercado financeiro, isso viabilizaria R\$ 17 bilhões em operações de crédito consignado para os trabalhadores do setor privado.

- O governo alega que não há saída nova de recursos do FGTS, apenas uma utilização mais eficaz dos recursos e direitos já existentes.

- Para entrar em vigor, a medida ainda precisa de aprovação pelo Congresso Nacional, regulamentação pelo Conselho Curador do FGTS, desenvolvimento de produtos (empréstimos) por parte das instituições financeiras e avaliação pessoal de cada trabalhador.

Fontes: Banco Central, Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal e Instituto Fundo Devido

No ano passado, quase todos os tipos de financiamento tiveram redução expressiva. Na média, os empréstimos recuaram 10,2% ante 2014, sendo que as modalidades de maior risco, como cheque especial e cartão de crédito, caíram 4,9%, enquanto as de menor, como o consignado, despencaram 23,4%. “A possibilidade de utilizar uma parcela do FGTS como garantia nas operações consignadas permitirá a substituição de dívidas caras por dívidas mais baratas, melhorando o perfil de crédito das pessoas físicas e reduzindo o comprometimento de sua renda”, justifica a Fazenda.

Apesar dos argumentos do governo, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, não aprova a medida. “Em princípio, somos contra porque vai endividar ainda mais o trabalhador e comprometer a sua rescisão, caso seja demitido”, opina. Claudio da Silva Gomes, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no conselho curador do FGTS, é voz dissonante. Para ele, a destinação de recursos do fundo para lastrear os empréstimos consignados é positiva, pois faz parte de um conjunto de medidas para aumentar o consumo, reaquecer a economia e fomentar a geração de empregos.



### Simulação

Ministério da Fazenda estima que os juros atuais de 41,3% para o trabalhador privado vão ser reduzidos com o FGTS

#### Crédito Direto ao Consumidor (CDC)

Comprometimento da renda com prestação	<b>20%</b>
Renda mensal requerida	<b>R\$ 1.853,26</b>
Saldo devedor	<b>R\$ 5.000</b>
Prestações	<b>36</b>
<b>Amortização Sistema Price</b>	
Taxa de juros ao ano	<b>117,6%</b>
Taxa de juros ao mês	<b>6,69%</b>
Prestação mensal	<b>R\$ 370,65</b>

#### Consignado privado

Comprometimento da renda com prestação	<b>12%</b>
Renda mensal requerida	<b>R\$ 1.853,26</b>
Saldo devedor	<b>R\$ 5.000</b>
Prestações	<b>36</b>
<b>Amortização Sistema Price</b>	
Taxa de juros ao ano	<b>41,3%</b>
Taxa de juros ao mês	<b>2,92%</b>
Prestação mensal	<b>R\$ 226,39</b>
Economia mensal	<b>R\$ 117,26</b>
Redução da prestação mensal	<b>38,92%</b>
Economia ao longo do prazo remanescente	<b>R\$ 5.193,43</b>

### Temor

Apesar das vantagens apontadas pela Fazenda, especialistas temem pelo pior

- A arrecadação do FGTS no ano de 2015 foi de R\$ 113,5 bilhões, aumento de 8,4% sobre 2014 (R\$ 104,7 bilhões)

- Com 1,5 milhão de demissões no ano passado, os saques das contas vinculadas somaram R\$ 99,1 bilhões, aumento de 14,8% sobre o ano anterior.

- A arrecadação líquida do FGTS (depósitos menos os saques) foi de R\$ 14,4 bilhões, R\$ 4 bilhões a menos do que em 2014, queda de 21,81%.

- O total do saldo em todas as contas evoluiu 9,8%, representando cerca de R\$ 342 bilhões no fim de 2015.

- O desemprego continua em alta e a expectativa é de que mais 1 milhão de pessoas percam seus empregos em 2016. Com isso, haverá mais saques no FGTS.

- Os recursos do FGTS são destinados para financiar projetos de habitação, saneamento e infraestrutura urbana.

- Com mais saques, os especialistas acreditam que faltarão recursos para tais projetos, que geram emprego e renda.

### Aplicação menor

Recursos destinados para habitação, saneamento e infraestrutura cairam em 2015

2014		
Área	Empregos gerados (em milhares)	Valores (em R\$ bilhões)
Habitação	2.491	53,6
Saneamento	436,5	7,5
Infraestrutura urbana	672,6	11,0
<b>Total geral</b>	<b>3.600</b>	<b>72,3</b>

2015		
Área	Participação (em %)	Valores (em R\$ bilhões)
Habitação	81,3	47,2
Saneamento e infraestrutura	5,4	3,2
Demais programas*	13,2	7,7

(\*) Como o Pró-Cotista e compra de material de construção

### Defesa

Gomes assinala que nem todos os empregados do setor privado devem usar o crédito consignado com a aprovação da medida, mas aqueles que buscarem as operações terão acesso a menores taxas de juros. “Sem essa possibilidade, as pessoas continuarão tendo acesso a financiamentos com taxas elevadas e quando dispensados usam toda verba rescisória para pagar as contas. A proposta é boa porque diminui custos”, detalha.

Para Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS) e representante dos

empregadores no conselho curador do FGTS, a proposta do governo de reverter os recursos do fundo em garantias para empréstimos consignados é um absurdo. Conforme Nese, os bancos estão mais preocupados em cobrir os calotes e reduzir a taxa de inadimplência com o aumento do desemprego do que em gerar postos de trabalho. “As pessoas devem ter liberdade para usar o dinheiro como querem e não para lastrear operações bancárias”, comenta.

O presidente da CNS ressalta que, para acabar com as diversas propostas de uso dos recursos do FGTS o governo deveria pôr fim às restrições de acesso aos recursos.

Ele afirma que apresentou ao Executivo uma proposta que permite aos trabalhadores ocupados sacar 50% do saldo no aniversário. Para ele, essa medida eliminaria a rotatividade do mercado de trabalho e os recursos seriam usados para pagar dívidas ou para o consumo. “Também defendemos alterar o indexador que remunera a poupança dos trabalhadores da Taxa Referencial (TR) para a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)”, destaca.

“Não podemos esquecer que o momento é de desemprego. No ano passado, 1,5 milhão de brasileiros foram para a rua. Este ano, a estimativa é que mais 1 milhão perca o emprego”, lembra Avelino, do Instituto Fundo Devido. Com o aumento do desemprego, os saques do FGTS dispararam 14,83% em 2015. Conforme a Caixa Econômica Federal, responsável pela administração do fundo, as retiradas totalizaram R\$ 99,1 bilhões e arrecadação líquida foi de R\$ 14,4 bilhões. Pelos cálculos do presidente do Instituto Fundo Devido, se um trabalhador com R\$ 10 mil no FGTS for demitido, recebendo mais R\$ 4 mil de multa, e se tiver usado o fundo como garantia para um empréstimo, terá comprometido 35,71% da sua rescisão. “O banco vai levar R\$ 5 mil”, diz.

### Menos recursos

Outra preocupação é com a redução dos recursos do FGTS para financiamento habitacional, de saneamento e de infraestrutura urbana. A Caixa, banco responsável pela administração do FGTS, já restringiu o crédito imobiliário, sobretudo para a classe média. Em 2015, o fundo aplicou R\$ 47,2 bilhões em habitação, ante R\$ 53,6 bilhões em 2014. Os recursos também foram menores para saneamento e mobilidade urbana.

Para o presidente da CSN, os recursos do fundo devem ser destinados somente para os investimentos em saneamento, para obras de mobilidade urbana e para construção de habitações, uma vez que essas medidas implicam benefícios para os trabalhadores. “Ainda defendemos que seja criada uma agência de projetos, com participação pública e privada para melhorar a qualidade das propostas apresentadas. Precisamos tirar da gaveta as melhores ideias e não destinar recursos para o setor bancário”, diz.

Para o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abraic), Renato Ventura, o comprometimento das finalidades do FGTS é preocupante. “Haverá um desvirtuamento grave. O estímulo ao crédito não se alinha com o propósito do fundo. Além disso, vai aumentar o envidamento das famílias, que já está alto. É uma medida que precisa ser muito ponderada”, alerta.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic), José Carlos Rodrigues Martins, alerta que a intenção do governo de usar o FGTS para fomentar empréstimos consignados é um exemplo típico de como as políticas públicas são deturpadas com o passar dos anos. Ele destaca que os trabalhadores que ainda têm condições de buscar financiamentos estão cautelosos e preocupados com o futuro do país. Já os de baixa renda estão endividados e sem capacidade de honrar com novos compromissos. “Quando começam a inventar mil e uma utilidades para os recursos do fundo temos um problema. Ele foi criado para ser um mecanismo de poupança e para financiar investimentos”, relembra.

Martins ainda ressalta que as políticas do governo para incentivar determinados segmentos se mostraram ineficientes ao longo dos anos e um momento de retração o ideal é concentrar esforços em políticas que tenham o potencial para alavancar os investimentos dos mais diversos setores da economia.